

## QUERELA GLOBAL, EFEITOS LOCAIS (CAPÍTULO DE HISTÓRIA COMPARADA DO COMPARATISMO)

Nabil Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Análise da especificidade da Querela Comparatista brasileira de fins do século XX em contraste com a Querela Comparatista americana da mesma época, acompanhada de considerações críticas acerca do latino-americanismo em Literatura Comparada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Querela Comparatista; Estudos Literários; Estudos Culturais; alegoria nacional; latino-americanismo.

**ABSTRACT:** Analysis of the specificity of the Brazilian Comparatist Quarrel at the end of the 20th Century in contrast to the American Comparatist Quarrel, followed by critical considerations on Latin-Americanism in Comparative Literature.

**KEYWORDS:** Comparatist Quarrel; Literary Studies; Cultural Studies; national allegory; Latin-Americanism.

### A Querela Comparatista: EUA

Nos agradecimentos que antecedem o primeiro capítulo de *Death of a discipline* [Morte de uma disciplina], a mais importante publicação do universo comparatista anglófono no novo milênio, Gayatri Spivak sentencia: “Espero que o livro seja lido como o último suspiro de uma disciplina agonizante [*the last gasp of a dying discipline*]” (SPIVAK, 2003, p. xii).<sup>2</sup>

A autora oferece um índice desse caráter “agonizante” da Literatura Comparada (doravante LC) logo na abertura do primeiro capítulo, quando se refere a uma disciplina em busca de renovação desde o começo da década de 1990, “presumivelmente em resposta à maré ascendente do multiculturalismo e dos estudos culturais”, e cita um trecho do prefácio de Charles Bernheimer ao já então célebre *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism* [Literatura Comparada na era do multiculturalismo] (1995), livro cujas primeiras páginas, afirma Spivak (2003, p. 2), contam uma história que poderia ser apreendida como “uma versão da Querela dos Antigos e dos Modernos”.

No trecho citado por Spivak, Bernheimer conta ter sido solicitado, no verão de 1992, pelo então presidente da ACLA (American Comparative Literature Association), para nomear e presidir um comitê responsável por escrever um “Report on Standards”

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

<sup>2</sup> Esta e as demais traduções de trechos em língua estrangeira citados neste artigo são de minha responsabilidade.

[Relatório sobre Padrões] a ser submetido à associação, documento que, de acordo com os estatutos da ACLA, deve ser preparado a cada dez anos; Bernheimer refere-se, então, aos dois relatórios que antecederam o seu, o primeiro, submetido em 1965, presidido por Harry Levin, o segundo, em 1975, presidido por Tom Greene – o relatório redigido nos anos 1980 tendo sido vetado pelo então presidente do comitê e nunca submetido à associação –, e afirma que ambos “são articulações impressionantemente fortes de uma visão de literatura comparada que, no meu ponto de vista, não mais se aplica às práticas reais na área” (BERNHEIMER, 1995b, p. ix). Os pontos de discordância em relação à referida visão da LC são clara e contundentemente explicitados no próprio “Bernheimer Report” [Relatório Bernheimer] – doravante BR – submetido à ACLA em 1993, e reproduzido na íntegra no livro citado por Spivak, na sequência dos outros dois relatórios, o “Levin Report” (1965) e o “Greene Report” (1975).

Tendo articulado “a concepção da disciplina que prevaleceu através da maior parte dos anos 1950, 1960 e 1970”, os relatórios Levin e Greene “atribuem o rápido crescimento da literatura comparada neste país depois da Segunda Guerra a uma nova perspectiva internacionalista”, relata o BR (BERNHEIMER ET AL., p. 39); e, alegando que tal “impulso para expandir o horizonte dos estudos literários” derivava-se “de um desejo de demonstrar a unidade essencial da cultura europeia em face de sua recente ruptura violenta”, afirma que essa “perspectiva ampliada” da LC “frequentemente não foi além da Europa e da linhagem da alta cultura europeia recuando às civilizações da antiguidade clássica” (Ibid., p. 39-40). Desse modo, os estudos literários comparativos “tendiam a reforçar uma identificação de Estados-Nação como comunidades imaginadas com línguas nacionais como suas bases naturais”, sendo que esse foco em identidades nacionais e linguísticas “é evidente no modo como os relatórios Levin e Greene lidam com a noção de padrões [*standards*]” (Ibid., p. 40) – padronização que se fazia necessária a fim de se defender a especificidade da disciplina contra certas ameaças (identificadas como tais sobretudo pelo “Greene Report”): (a) o uso indiscriminado de traduções como ameaça à própria base da LC: leitura e ensino de obras em língua estrangeira no original; (b) o crescimento de programas interdisciplinares como ameaça ao rigor disciplinar da LC; (c) o estudo sincrônico da teoria (literária) como ameaça ao estudo diacrônico da literatura (Ibid., p. 40-41).

Mais do que meramente ameaçado, contudo – sugere o BR –, esse clássico modelo eurocêntrico da LC encontrar-se-ia, então, no começo dos anos 1990, definitivamente em xeque:

O aparente internacionalismo dos anos pós-guerra sustentou um eurocentrismo restritivo que tem sido recentemente contestado a partir de múltiplas perspectivas. A noção de que a promulgação de padrões poderia servir para definir uma disciplina faliu em face de uma cada vez mais evidente porosidade das práticas de uma disciplina para outra. Valiosos estudos usando os modelos tradicionais de comparação ainda estão sendo produzidos, claro, mas esses modelos pertencem a uma disciplina que já por volta de 1975 sentia-se defensiva e sitiada. O espaço de comparação hoje envolve comparações entre produções artísticas usualmente estudadas por diferentes disciplinas; entre diversas construções culturais daquelas disciplinas; entre tradições culturais ocidentais, tanto elevadas quanto populares, e aquelas de culturas não-ocidentais; entre as produções culturais de povos colonizados pré e pós-contato; entre construções de gênero [*gender*] definidas

como femininas e aquelas definidas como masculinas, ou entre orientações sexuais definidas como convencionais [*straight*] e aquelas definidas como gay; entre modos raciais e étnicos de significação; entre articulações hermenêuticas de sentido e análises materialistas de seus modos de produção e circulação; e muito mais. Esses modos de contextualização da literatura nos campos expandidos de discurso, cultura, ideologia, raça e gênero [*gender*] são tão diferentes dos velhos modelos de estudo literário conforme autores, nações, períodos e gêneros [*genres*], que o termo “literatura” não pode mais descrever adequadamente nosso objeto de estudo (Ibid., p. 41-42).

Não só o termo “literatura” haveria de ser, então, deposto, no que se refere à definição do objeto de estudo do comparatismo, mas, pelos mesmos motivos, o próprio nome da disciplina haveria de ser questionado: como observa o BR, “muitos dos acadêmicos envolvidos em repensar o campo da comparação têm uma relação cada vez mais intranquila com as práticas chamadas ‘literatura comparada’”, chegando-se mesmo a aventar, a partir daí, “a possibilidade de adicionar uma expressão como ‘e Estudos Culturais’, ‘e Crítica Cultural’ ou ‘e Teoria Cultural’ ao título do departamento ou programa a fim de sugerir formas nas quais a velha designação possa estar inadequada” (Ibid., p. 42).

Segundo o BR, essas mudanças de nome não foram largamente adotadas “por causa de uma crença geral de que esses novos modos de leitura e contextualização deveriam ser incorporados à própria estrutura da disciplina” (Ibid., p. 42), algo alegadamente endossado pelos autores do BR, que se dedica, na sequência, a especificar “como essa incorporação permitirá à literatura comparada posicionar-se como um locus produtivo para trabalho avançado nas humanidades” (Ibid., p. 42). Logo de partida, contudo, declara-se que o fenômeno literário “não é mais o foco exclusivo de nossa disciplina” e que os “textos literários estão agora sendo abordados como uma prática discursiva entre muitas outras num complexo, mutável e frequentemente contraditório campo de produção cultural” (Ibid., p. 42).

Ora, é preciso admitir que isso pareceria apontar, antes, não para a incorporação de estudos da cultura em geral pela LC, mas para o contrário: a incorporação e, mesmo, a subsunção da literatura, do discurso literário, do próprio comparatismo literário aos “Cultural Studies”. E, apesar de os autores do BR declararem, a certa altura, que “nós devemos ser cautelosos em identificarmo-nos com esse campo” (Ibid., p. 45), é justamente como uma declaração de identificação da LC aos Estudos Culturais que o BR tenderá a ser tomado – e atacado. Comentando, a propósito, as respostas de autores como Jonathan Culler, Michael Riffaterre e Peter Brooks ao BR, então publicadas, juntamente com outros textos, em *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*, Bernheimer afirma que eles concebem os Estudos Culturais como “uma ideologização de valores estéticos para o propósito de crítica política” e que veem o BR como “um abandono das verdadeiras formas de estudo literário” (BERNHEIMER, 1995a, p. 10-11). “O fato de que o relatório da ACLA foi lido por muitos como um ataque à literatura”, retruca Bernheimer (Ibid., p. 15) mais à frente, “é talvez um sinal de quão vulneráveis os acadêmicos literários sentem-se na atmosfera acadêmica de hoje”.

“Uma séria cisão surgiu na ACLA no início dos anos 1990” – relatará, mais tarde, Gerald Gillespie, então presidente da AILC (Associação Internacional de Literatura Comparada), ao fazer o balanço/projeção do comparatismo americano naquela década (GILLESPIE, 1997, p. 16). “Muitos partidários da mais nova constelação” – isto é, aquela

surgida “no final dos anos 1980 nas fileiras de comparatistas americanos” e caracterizada por “uma atitude não-literária ou antiliterária” (Ibid., p. 16) – “reuniram-se em torno do Bernheimer Report”, explica Gillespie, lembrando que um “comitê de membros da ACLA tendendo para os estudos culturais pós-estruturalistas emitiu seus pontos de vista sobre padrões em 1993, enquanto um equivalente espectro contestador de membros da ACLA rejeitou os pressupostos dominantes e muitas recomendações específicas desse documento não-oficial” (Ibid., p. 16-17). Nenhum relatório anterior ao BR provocara “tão intensas sensações de interesses cruzados, exasperação e desordem”, observa Gillespie (Ibid., p. 17), e conclui que o BR “é amplamente considerado como exibindo a confusão vigente e a falta de missão coerente da LC contemporânea na América”, e que a “ausência de qualquer consenso resolvendo o debate sugere uma possibilidade real de que o ‘campo’ se divida em vários aglomerados ou, talvez, soçobre” (Ibid., p. 17).

O título necrológico do livro de Spivak publicado alguns anos depois do sombrio vaticínio de Gillespie parece mesmo apontar para a segunda alternativa por ele aventada.<sup>3</sup>

### **A Querela Comparatista: Brasil**

Se 1993, ano da submissão do fatídico Bernheimer Report à ACLA e das primeiras e imediatas reações a ele, acabou por se converter no ano-chave do conflito que se diz ter dividido o campo comparatista norte-americano em duas grandes frentes rivais e aparentemente irreconciliáveis, no Brasil essa distinção coube ao ano de 1996, quando realizou-se o 5º Congresso Internacional da ABRALIC, no Rio de Janeiro, sob o tema “Cânones e Contextos”, no qual “delineou-se” – para reproduzir os termos da memória oficial da ABRALIC – “o debate entre duas vertentes de abordagem dentro do campo comparatista no Brasil: a centralidade da própria literatura nos estudos contemporâneos e a abertura para enfoques culturais”.<sup>4</sup>

Os termos bélicos com que um observador estrangeiro que participou do evento descreve o que testemunhou na ocasião sugerem, contudo, algo que, para além do mero “debate entre duas vertentes”, pareceria configurar uma (mais) nova versão da Querela dos Antigos e dos Modernos (agora com uma coloração tropical, é verdade, tendo o Rio como cenário do embate). Se, por um lado, o tema do congresso – explica Alberto Moreiras – “conclamou a defesa de um espaço para se pensar a cultura para além da reinscrição do literário”, por outro lado, “ele poderia ser visto como tentando proteger um espaço de pensamento chamado estudos literários da intrusão de um campo emergente chamado estudos culturais” (MOREIRAS, 2001, p. 7); encontrava-se armada, assim, uma cena de guerra:

Para o público e também para os palestrantes, uma decisão tinha que ser tomada, se ela não havia sido previamente tomada. Isto é, havia que se tomar uma decisão à medida que o que estava em jogo não era simplesmente cumprir um programa para a aquisição e a manutenção de poder acadêmico e simbólico por algumas pessoas ou seus antagonistas. No encontro do Rio, a literatura detinha o lugar da verdade a partir da perspectiva institucional – mas não era, nunca, a literatura; era, antes, a disciplina literária

---

<sup>3</sup> Analiso a natureza da “morte” da Literatura Comparada anunciada por Spivak (2003) em ARAÚJO (2015a).

<sup>4</sup> Citado do site oficial da ABRALIC: <<http://www.abralic.org.br/institucional/historia/>>. Acessado em: 20 de janeiro de 2017.

em toda a sua riqueza arquivística e em toda sua miséria também. Assim, a literatura tinha que se resguardar contra uma estrutura grafemática que estava ameaçando despojá-la de seu poder subjetivo ou, mesmo, eliminar sua posição de sujeito – em outras palavras, contra uma estrutura que estava ameaçando convertê-la numa mentira. Mas, quaisquer que fossem as negociações de poder no interior da academia brasileira, para um observador externo tornava-se logo óbvio que a disputa não poderia ser considerada uma confrontação entre conhecimentos autônomos ou entre sujeitos do conhecimento autônomos. [...] A batalha discursiva pôs frente-a-frente dois exércitos que haviam nascido em si mesmos a partir de sua mútua oposição: duas instâncias ou vetores de força cuja dissimilaridade ou heterogeneidade era um resultado direto da necessidade de se partir ou dividir um território que, previamente, havia sido indiferentemente ocupado (Ibid., p. 7).

A semelhança com o que ocorrera nos EUA apenas alguns anos antes torna-se ainda mais acentuada quando se compara a querela comparatista brasileira com a controvérsia surgida na mesma época no âmbito hispano-americano, no qual o ataque aos estudos culturais, como lembra Moreiras, “não procedeu principalmente de acadêmicos literários, isto é, [...] de membros das diversas inteligências nacionais latino-americanas que poderiam ser identificados com a defesa de posições de poder mais ou menos residuais”, e sim “por proeminentes intelectuais acadêmicos cujas credenciais como pensadores na tradição dos estudos culturais são impecáveis” (Ibid., p. 7). No Brasil, como nos EUA, o embate direto entre acadêmicos “literários” e acadêmicos “culturalistas” teria sido possibilitado pela existência, em cada um dos casos, de uma abrangente e influente instituição comparatista oficial que tende a centralizar os grandes debates em nível nacional; como postula Moreiras (Ibid., p. 302) a respeito: “foi mais fácil para os brasileiros tematizarem o debate estudos literários-estudos culturais por causa da enorme rede de acadêmicos associados à ABRALIC”.

Mas uma especificidade da nossa Querela, e que implicaria uma diferença fundamental em relação à norte-americana, não deixou de ser enfatizada por Moreiras na seguinte observação sobre o congresso do Rio:

Nas sessões, nos corredores, nos bares, durante as caminhadas ao longo da praia, era possível pensar que a defesa do aparato literário era ao mesmo tempo uma defesa da ordem nacional ou regional contra uma interferência que só poderia ser concebida como neocolonial, uma vez que emanada de um espaço transnacional hegemônico pela metrópole norte-americana; e era possível pensar que o cosmopolitismo transnacionalizante dos irruptores poderia ser definido, em ao menos uma e não a menos significativa de suas facetas, como servidão imperial (Ibid., p. 8).

Ora, é claro que o argumento de uma dependência/subserviência da intelectualidade brasileira em relação aos discursos de conhecimento produzidos nas metrópoles do Hemisfério Norte não surge nessa ocasião, já que “a experiência do caráter *posticho*, *inautêntico*, *imitado* da vida cultural que levamos”, como lembra Schwarz (1987, p. 29), “tem sido um dado formador da nossa reflexão crítica desde os tempos da

Independência”, e isso de modo a ter sido “interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc.”; não estranharia, assim, em suma, que o referido argumento pudesse, então, ser invertido contra os próprios “acadêmicos literários” em favor da frente culturalista. Um exemplo dessa inversão deixa-se apreender no primeiro dos dois textos a que remete Moreiras a propósito do desdobramento pós-1996 da controvérsia comparatista brasileira, texto no qual se afirma que os estudos culturais provocam reação contrária porque “colocam em xeque a hegemonia dos valores constituídos pela comunidade de letrados, por meio da revisão do cânone por critérios tidos como extraliterários”, e que deslegitimar esse processo “é insistir num regime de leitura fundado no valor universal construído pela modernidade ocidental, baseado na estética da ruptura, na ‘superstição do novo’ (que Baudelaire já criticava na arte moderna), na rejeição *in totum* da cultura de massa, vista como a *bête noire* da atualidade” (MIRANDA, 1998, p. 13).

O segundo texto mencionado por Moreiras, por sua vez, lembra que os estudiosos brasileiros são “acostumados a conviver com a chegada, hoje muito mais rápida, de teorias estrangeiras nos lares acadêmicos”, e postula que a “mudança do centro produtor de saberes ligados às Ciências Humanas – a Europa pelos Estados Unidos – constitui um dos maiores fatores da polêmica que atualmente se trava no meio acadêmico” (SOUZA, 1998, p. 20). Postuladas, assim, a ubiquidade e a incontornabilidade do influxo teórico estrangeiro sobre nossos “lares acadêmicos”, tratar-se-ia, no fim das contas, de determinar qual teoria, oriunda de qual centro produtor de saberes, seria apropriada à expressão de nosso “próprio” identitário, nacional ou continental (“latino-americano”), e aquela outra cuja adoção não passaria de uma “servidão imperial”.

Em face desse estado de coisas, limitar-se a afirmar, com Schwarz, que a consciência do caráter inautêntico/impróprio de nossa vida cultural e intelectual é um “dado formador de nossa reflexão crítica” não basta. O que Schwarz não chega a explorar é a dimensão *pretensamente epistemológica* que a acusação de inautenticidade/impropriedade intelectual (do outro) acaba por adquirir entre nós. Tratar-se-ia, na verdade, de uma espécie de epistemologia negativa, de uma situação em que, como bem observa Moreiras em relação ao acadêmico latino-americano dedicado ao estudo da América Latina (o “latino-americanista latino-americano”), deve-se “encontrar sua verdade num discurso de propriedade que não está nunca seguro como tal: ele é simplesmente baseado na expropriação da impropriedade do outro” (MOREIRAS, 2001, p. 6).

Ora, isso aponta para a plena reversibilidade da referida acusação de impropriedade-intelectual-come-servidão-imperial, a qual se apresenta, então, menos como um discurso em si do que como uma *função* de “nossa reflexão crítica”, podendo ser, como tal, indiferentemente mobilizada por ambos os lados de uma disputa, fazendo alternarem-se, assim, na arena de combate, os papéis de acusador e de acusado. É o que parece acontecer no caso de nossa querela comparatista: sob a aparência de uma disputa teórica, assistimos desenrolar-se, aí, na verdade, um embate pela prerrogativa de definição apropriada do “próprio”, do nosso “próprio” identitário, se se quiser: de nosso próprio *nacional*, embate em que a vitória sobreviria não de uma operação bem sucedida de “subtração” (Schwarz) rumo ao genuinamente nacional, mas da desqualificação bem sucedida (isto é, com maior poder de persuasão entre seus pares acadêmicos) do teórico concorrente em termos de uma alegada impropriedade no tratamento do “próprio”.

Tudo se passa, assim, como se, e para empregar os termos polêmicos do já clássico artigo de Fredric Jameson sobre a “literatura do terceiro mundo”, também a atividade teórica entre nós, e contrariamente ao que ocorreria no “primeiro mundo”, não valesse

por si mesma, apenas sustentando-se como “alegoria nacional”.<sup>5</sup> “Todos os textos do terceiro mundo são necessariamente [...] alegóricos”, afirma, com efeito, Jameson (1986, p. 69), “devem ser lidos como o que eu chamarei *alegorias nacionais*”. Esse caráter alegórico, segundo Jameson, é “o que todas as produções culturais do terceiro mundo parecem ter em comum e o que as distingue radicalmente de formas culturais análogas no primeiro mundo” (Ibid., p. 69).

Jameson tem aí em vista o que considera um aspecto crucial da modernidade cultural no então chamado primeiro mundo: (a) a cisão entre o privado e o público e (b) a autonomização do primeiro em relação ao segundo; ou, nas palavras do próprio Jameson:

um dos determinantes da cultura capitalista, isto é, a cultura do romance ocidental realista e modernista, é uma ruptura radical entre o privado e o público, entre o poético e o político, entre o que vimos a pensar como o domínio da sexualidade e do inconsciente e aquele do mundo público das classes, do econômico e do poder político secular: em outras palavras, Freud contra Marx. [...] Fomos formados numa profunda convicção cultural de que a experiência vivida de nossas existências privadas é algo incomensurável às abstrações da ciência econômica e da dinâmica política (Ibid., p. 69).

Em contrapartida, explica Jameson, as relações entre o subjetivo e o público/político seriam “completamente diferentes na cultura do terceiro mundo”. Assim: “Os textos do terceiro mundo, mesmo aqueles aparentemente privados e investidos de uma dinâmica propriamente libidinal – necessariamente projetam uma dimensão política na forma de alegoria nacional” (Ibid., p. 69). E da mesma forma que o alegado centramento subjetivo dos textos do primeiro mundo manifestaria a “convicção cultural” característica do estágio de desenvolvimento capitalista no qual esses textos têm lugar, também o alegado alegorismo dos textos do terceiro mundo manifestaria superestruturalmente, por assim dizer, a idiossincrasia da infraestrutura econômica na qual têm lugar:

nenhuma dessas culturas [de terceiro-mundo] pode ser concebida como antropologicamente independente ou autônoma, antes, elas estão, de vários modos distintos, presas a uma luta de vida ou morte com o imperialismo cultural do primeiro mundo – uma luta cultural que é ela mesma um reflexo da situação econômica dessas áreas em sua penetração por vários estágios do capital, ou, como isso é às vezes eufemisticamente chamado, da modernização (Ibid., p. 58).

---

<sup>5</sup> Jameson (1986, p. 67) esclarece, a respeito da expressão “terceiro mundo”, ter consciência das críticas dirigidas a ela, “particularmente aquelas que enfatizam o modo pelo qual ela oblitera profundas diferenças entre toda uma gama de países e situações não-ocidentais”; deplorando as “implicações ideológicas de oposições como aquela entre países ‘desenvolvidos’ e ‘subdesenvolvidos’ ou ‘em desenvolvimento’”, e na falta de melhor expressão para o que queria dizer na ocasião, Jameson afirma empregar o termo “num sentido essencialmente descritivo”, e que as objeções ao mesmo não lhe parecem relevantes em vista de seu argumento. Reproduzirei, assim, em minha leitura do texto de Jameson, as hoje obsoletas expressões “primeiro mundo” e “terceiro mundo”, tal como por ele empregadas na ocasião.

A diferente relação entre o político e o pessoal seria justamente aquilo que, segundo Jameson, “torna esses textos [os do terceiro-mundo] estranhos a nós numa primeira aproximação, resistentes a nossos convencionais hábitos ocidentais de leitura” (Ibid., p. 69); eles teriam mesmo a “tendência de nos lembrar dos estágios ultrapassados de nosso próprio desenvolvimento cultural de primeiro mundo” (Ibid., p. 65).

Ora, pode-se imaginar o análogo estranhamento ou mal-estar do acadêmico egresso das guerras teóricas do comparatismo norte-americano que, ao consultar os textos da alegada guerra comparatista brasileira, constatasse (como o fizera, *in loco*, Alberto Moreiras) que ela não passa, por assim dizer, de uma “alegoria nacional”, uma figuração alegórica de outra guerra: a guerra política pela expressão apropriada do “próprio” nacional (mesmo quando se trata de negar o critério de uma nacionalidade *stricto sensu* em nome da concepção alargada, continentalista, de “América Latina”, de pensamento ou discurso latino-americano).<sup>6</sup>

### **Nacionalismo/Continentalismo: a mira(gem) latino-americanista**

Ainda com foco na Querela comparatista no Brasil, detenhamo-nos na questão do latino-americanismo em Literatura Comparada.

Ao crescente processo de inter e transnacionalização do inglês em nível mundial rumo à sua atual estandarização como língua franca globalizada correspondeu, desde meados do século XIX, a consolidação e a legitimação, em nível local, intracontinental, do espanhol como meio de expressão por excelência da “latinidade”, melhor dizendo: da *Latinidad*, como traço identitário transnacional (“latino-americano”) de cuja reafirmação dependeria a própria resistência ao ímpeto hegemônico dos EUA nas Américas. “Enquanto na Europa a ‘Latinidad’ permitiu a políticos e intelectuais franceses estabelecerem a diferença imperial em relação às forças competidoras do mundo anglo-saxão na Europa (Inglaterra e Alemanha)”, explica Mignolo (2005, p. 89), “na América do Sul a ideia de ‘Latinidad’ foi útil para intelectuais e políticos *criollos* espanhóis definirem a si mesmos em confrontação com a força competidora do mundo anglo-saxão nas Américas – os EUA”.

Mignolo observa que, nesse esforço latino-americanista de auto-afirmação por contraposição, “a diferença colonial que ideólogos do Império Espanhol construíram para justificar a colonização da América (por exemplo, a inferioridade dos índios e a não-humanidade dos escravos africanos) foi mantida e intensificada pelos ideólogos das novas, independentes repúblicas” (Ibid., p. 89). A ‘Latinidad’ teria contribuído, assim, para “disfarçar a diferença colonial interna sob uma identidade histórica e cultural que aparentemente incluía a todos, enquanto produzia, na realidade, um efeito de totalidade que silenciava os excluídos” (Ibid., p. 89). Em suma: “A ‘Latinidad’ produziu um novo tipo de invisibilidade para os índios e para as pessoas de ascendência africana na América ‘Latina’” (Ibid., p. 89).

Esse estado de coisas começaria a mudar significativamente apenas na última década do século XIX, quando, lembra Mignolo (Ibid., p. 91), “José Martí, um escritor, ativista e ideólogo cubano que viveu uma porção considerável de sua vida em Nova York, lançou uma nova e mais aberta versão da ‘Latinidad’ com sua famosa proclamação política ‘Nuestra América’”; voltando as costas para as matrizes europeias do primeiro latino-americanismo, Martí erigirá as civilizações mesoamericanas (Maia, Inca, Asteca)

---

<sup>6</sup> Pode-se imaginar, em suma, o referido *scholar*, diante disso, ponderando com Jameson: “Essa não é a maneira pela qual os intelectuais americanos têm estado discutindo a ‘América’, e, de fato, poder-se-ia achar que isso tudo não passa daquela velha coisa chamada ‘nacionalismo’, há muito liquidada por aqui, e corretamente” (Ibid., p. 65).

como os grandes emblemas das fundações históricas da “Nuestra América”. E a mudança prossegue:

Depois de Martí, e depois do intelectual e líder político peruano José Carlos Mariátegui nos anos 1920, a ideia de América Latina sofreu uma mudança radical nos anos 1960 devido à filosofia da libertação e à teoria da dependência tal como elaboradas pelo filósofo Enrique Dussel. Também nos anos 1960, a descrição de Fanon do colonialismo [...] mudou os termos das conversações nas quais os projetos imperiais franceses moldaram a ideia de “Latinidad”. A ideia de América “Latina” que emergiu durante a Guerra Fria e a partir da perspectiva histórica da colonialidade desvinculou-se radicalmente da ideia francesa de “Latinidad” (Ibid., p. 91).

A partir da inflexão conceitual e ideológica implicada pelas obras de Martí e Mariátegui, “América ‘Latina’ transformou-se numa reflexão crítica para a descolonização intelectual que abandonou suas fundações imperiais”, aproximando “*criollos* de ascendência europeia branca [...] do discurso crítico e descolonizador contemporâneo dos afro-caribenhos e aimarás andinos”, sintetiza Mignolo (Ibid., p. 45). Isso posto, o fato de que, nem entre os ideólogos do primeiro latino-americanismo, o “restrito” (“intelectuais e políticos *criollos* espanhóis”), nem entre os ideólogos do latino-americanismo “estendido”, seja mencionado, por Mignolo, nenhum teórico brasileiro aponta, por um lado, para uma identidade compartilhada, ou, no mínimo, um sentimento identitário comum aos teóricos hispanófonos do continente, sejam eles cubanos, peruanos ou argentinos (como Enrique Dussel e o próprio Mignolo), *criollos* ou não, e, por outro lado, para a invisibilidade do Brasil e da língua portuguesa no âmbito de uma “Latinidad” (ou de uma “Latinoamericanidad”) declinada, via de regra, em espanhol.

Isso talvez se torne ainda mais evidente para alguém que estude e avalie a situação a partir de fora. O luso-hispanista Robert Patrick Newcomb,<sup>7</sup> por exemplo, num artigo intitulado “José Enrique Rodó: ‘Iberoamérica,’ the *Magna Patria*, and the Question of Brazil”, procura mostrar de que forma um dos maiores ideólogos da Latinoamérica como *magna patria*, isto é, unidade supranacional definida pelo compartilhamento de língua, história colonial e cultura, o escritor uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), tende a generalizar em seus textos termos como *América Latina* ou *nuestra América* de modo a estender retoricamente os domínios da América Espanhola a ponto de englobar a totalidade do espaço dito latino-americano, incluindo o Brasil. Newcomb mostra como esse imperativo de incorporar retoricamente o Brasil na *magna patria* latino-americana torna-se um grave complicador para a terminologia e os argumentos de Rodó, forçando-o a contradições lógicas e leituras equivocadas (Cf. NEWCOMB, 2010).

Se a obra de Rodó pode ser aventada como um caso paradigmático nesse sentido, é claro que o tipo de assujeitamento cultural e linguístico por ela promovido não poderia ser exclusivo deste ou daquele autor ou obra, encontrando-se em jogo, na verdade, mais ou menos explicitamente, no conjunto do pensamento latino-americanista hispanófono, seja em sua versão “restrita”, seja em sua versão “estendida”. Num livro em que retoma e amplia a investigação levada a cabo no referido artigo sobre Rodó, sugestivamente intitulado *Nossa and Nuestra América: inter-American dialogues* (a insólita irrupção do possessivo português “nossa” trazendo, aí, à tona, aquilo mesmo que a expressão

---

<sup>7</sup> Professor de “Luso-Brazilian Studies” na University of California, Davis.

espanhola tornada célebre por Martí – *Nuestra América* – necessariamente recalca por não poder subsumir como gostaria), Newcomb toma parte na longa discussão acerca do nome e da ideia de América Latina, propondo-se a focar a relação “frequentemente conflituosa” do Brasil com seus vizinhos hispanófonos, de modo a “iluminar os desafios associados a projetos identitários como aqueles aglomerados em torno do termo *América Latina*” (NEWCOMB, 2011, p. 5). O autor procede, então, à demonstração de

como o Brasil tem continuamente ocupado uma posição *necessariamente problemática* nas Américas, [...] consistentemente desafiando a coerência da retórica continentalista que tem tipificado uma boa parte do discurso nacionalista-exegético hispano-americano, da “Carta de Jamaica” (1815) de Símon Bolívar em diante, bem como a viabilidade da própria categoria “América Latina” (Ibid., p. 5).

Na contramão do isolacionismo e do autocentramento que, ao longo de tantas e tantas décadas, pareceram ditar o foco na questão da “identidade nacional” tão característico do ensaísmo e da produção acadêmica no âmbito dos estudos sociais, históricos e literários entre nós, já há algum tempo, notadamente desde o início dos anos 1990, que um forte interesse na “América Latina” – para todos os efeitos motivado por um forte desejo de integração transnacional – tem caracterizado parcela significativa da produção nos estudos literários no Brasil, mais especificamente no campo da Literatura Comparada. Não me refiro aqui, evidentemente, ao interesse folclorizante, por assim dizer, de que a produção literária latino-americana tem sido alvo, em plano internacional, desde a voga do realismo fantástico hispanófono no século passado, mas ao interesse, bem mais raro, pela “América Latina” como *locus* de uma produção teórico-crítica consistente e relevante no âmbito dos estudos culturais e literários.

Uma publicação como *O discurso crítico na América Latina* (1996) – que reúne as contribuições de um colóquio internacional de mesmo nome realizado um ano antes em Porto Alegre com a participação de pesquisadores brasileiros e hispano-americanos – parece testemunhar exemplarmente isso que algum cronista contemporâneo poderia querer chamar de a virada “latino-americana” ou “latino-americanista” do comparatismo brasileiro nos anos 1990. Nos argumentos oferecidos pela organizadora do volume para o projeto inspirador do colóquio, chamado “Literatura Comparada no Cone Sul”, identificam-se motivos clássicos do latino-americanismo em sua forma “restrita”: (i) a afirmação de uma identidade transnacional, pautada tanto por alegados interesses comuns – “interesses vários, políticos e econômicos”, explica Carvalhal (1996, p. 5) – quanto por uma herança colonial comum, pois, ressalta Carvalhal (Ibid., p. 6), “não é possível esquecer a existência de uma história comum de colonização que originou traços culturais nos povos dessa região”; (ii) a demarcação e a valorização de uma diferença identitária da chamada América Latina em suas relações com o restante do mundo, sobretudo no que diz respeito a uma geopolítica das trocas intelectuais:

Assim, indagar sobre o discurso crítico latino-americano, sobre sua constituição e sobre as formas atuais que ele ganha, é pensar a vida intelectual da América Latina nas múltiplas relações estabelecidas com outros contextos culturais. Trata-se de observar como cada região tem reagido aos influxos externos, modelando seus critérios e categorias de acordo com normas

alheias ou constituindo-os a partir de uma apropriação criativa que expressa realidades contextuais próprias (Ibid., p. 6).

Ora, postular, como faz Carvalho no trecho acima, a existência de algo como “o discurso crítico latino-americano” é algo muito diferente de se procurar investigar o discurso crítico *na* América Latina, como propunha o título do colóquio, e que seria ainda mais bem formulado no plural: *discursos críticos* na América Latina. Esse risco de uma homogeneização assujeitadora (sob o rótulo do “latino-americano”) que parece necessariamente correr qualquer iniciativa dessa natureza veio a ser enfrentado, naquela ocasião, pela estrutura deliberadamente dialógica assumida tanto pelo colóquio quanto pela publicação dele originada. Se havia o objetivo, como informa Carvalho (Ibid., p. 6), de “pensar a América Latina como contexto cultural integrado numa ordem mundial”, também havia o de “revisar as relações internas entre os diversos países que integram essa designação”, o que se refletiu produtivamente na própria estruturação do colóquio e do livro: “Para identificar como cada contexto lê o outro, ou melhor, como pesquisadores de contextos diferentes leem as mesmas questões”, explica Carvalho, “adotou-se uma sistemática de textos de trabalho que serviram para leituras e discussões. Por isso, cada texto está aqui acompanhado de outros textos a ele relacionados, num diálogo cruzado de ideias e de noções” (Ibid., p. 6). De lá para cá, esse formato dialógico parece ter sido preterido em face da institucionalização de discursos monológicos – em espanhol, em português, mas também em inglês – postulando “o” pensamento, “o” discurso crítico latino-americano.

Ora, também no “diálogo cruzado” em torno do latino-americanismo nos estudos literários seria de se esperar que o Brasil e a língua portuguesa continuassem a ocupar aquela “posição *necessariamente problemática*” de que fala Newcomb, continuando a desafiar, assim, a “coerência da retórica continentalista”. Irredutível ao latino-americanismo hispanófono, o “Brasil”, objeto necessariamente fantasmático, figuraria, dessa forma, como ponto de resistência à constituição de uma nova hegemonia, em nível local, intracontinental, e declinada em espanhol, diante da desconstituição de hegemonias outras, em nível mundial ou global, declinadas seja em francês, seja em alemão, seja, sobretudo, em inglês.

Ao largo da mera apropriação lusófona do texto teórico estrangeiro para fins acadêmicos, pedagógicos, político-ideológicos, mas ao largo também da postura nacionalista/continentalista expropriatória lapidarmente definida por Moreiras (a de um “discurso de propriedade baseado na expropriação da impropriedade do outro”), projeta-se, aqui, uma leitura *ex-apropriadora* (Derrida) desse texto aparentemente tão senhor de si naquilo que declara em sua língua “própria”.<sup>8</sup> O grande efeito dessa ex-apropriação “terceiro-mundista”, por assim dizer, do texto teórico dito de “primeiro mundo” seria não o de dar a ver algum estágio ultrapassado do desenvolvimento cultural do centro produtor de saberes de onde são importadas as novidades – como se quereria com Jameson –, mas o de revelar o caráter *não-próprio*, e a rigor *inapropriável*, daquilo mesmo de cuja propriedade se julgava seguro nesse discurso teórico produzido sob a égide da autonomização da existência privada em face do mundo público.

---

<sup>8</sup> Desenvolvo essa proposição em ARAÚJO (2015b).

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Nabil. Do “viver” e do “morrer” nos estudos literários: Gayatri Spivak e a morte da Literatura Comparada como *Aufhebung*. *Remate de Males*, v. 35, n. 1, p. 83-100, 2015a.
- ARAÚJO, Nabil. Teorizar em “português brasileiro”? (Monolinguismo, tradução, exapropriação). *Alea*, v. 17, n. 1, p. 92-113, 2015b.
- BERNHEIMER, Charles. The anxieties of comparison. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Comparative literature in the age of multiculturalism*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1995a. p. 1-17.
- BERNHEIMER, Charles. Preface. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Comparative literature in the age of multiculturalism*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1995b. p. ix-xi.
- BERNHEIMER, Charles et al. The Bernheimer Report, 1993: Comparative Literature at the turn of the century. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). *Comparative literature in the age of multiculturalism*. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1995. p. 39-48.
- CARVALHAL, Tania Franco. Discurso crítico e literatura comparada no Cone Sul. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL/Ed. Unisinos, 1996. p. 5-7.
- GILLESPIE, Gerald. Comparative Literature of the 1990s in the U.S.A. In: CARVALHAL, Tania Franco (Ed.). *Comparative literature worldwide: issues and methods / La littérature comparée dans le monde: questions et méthodes*. Porto Alegre: L&PM/VITAE/AILC, 1997. p. 15-37. [Ed. bras.: GILLESPIE, Gerald. Literatura comparada nos Estados Unidos nos anos 90. Trad. de Neusa da Silva Matte. In: CARVALHAL, Tania Franco (Ed.). *Literatura comparada no mundo: questões e métodos / Literatura comparada en el mundo: cuestiones y métodos*. Porto Alegre: L&PM/VITAE/AILC, 1997. p. 13-37.]
- JAMESON, Fredric. Third-World Literature in the Era of Multinational Capitalism. *Social Text*, n. 15, p. 65-88, 1986.
- MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Oxford (UK): Blackwell, 2005.
- MIRANDA, Wander Melo. Projeções de um debate. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 4, p. 11-17, 1998.
- MOREIRAS, Alberto. *The exhaustion of difference: the politics of Latin American Cultural Studies*. Durhan/London: Duke University Press, 2001. [Ed. bras.: MOREIRAS, Alberto. *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Trad. de Eliana L. de Lima Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.]
- NEWCOMB, Robert Patrick. José Enrique Rodó: “Iberoamérica,” the *Magna Patria*, and the Question of Brazil”. *Hispania*, v. 93, n. 3, p. 368-379, 2010.
- NEWCOMB, Robert Patrick. *Nossa and Nuestra América: inter-American dialogues*. West Lafayette (Indiana): Purdue University Press, 2011.
- SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: \_\_\_\_\_. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 29-48.
- SOUZA, Eneida Maria de. A teoria em crise. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 4, p. 19-29, 1998.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.

Recebido: 04/01/2017

Aprovado: 14/04/2017